


**RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO NA ECONOMIA FAMILIAR
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE À LUZ DO DOCUMENTÁRIO *ESTOU ME
GUARDANDO PARA QUANDO O CARNAVAL CHEGAR***

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-144>

Data de submissão: 15/02/2025

Data de publicação: 15/03/2025

Sebastião Felipe Lucena Pessoa

Mestrando em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR/SP; Graduado em Direito; Especialista em Direito Público e em Gestão, Governança e Setor Público pela PUC/RS; e Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito de Tuntum-MA
E-mail: felipeepessoa@yahoo.com
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6539156583392373>

Roberto Moita Pierot

Mestrando em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR/SP; Graduado em Direito e Ciências Contábeis; Especialista em Direito Empresarial e Direito Civil pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. E Professor das Universidades UNIP, UNIFAPI E UNINASAU
E-mail: robertopierot@gmail.com
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7286811050271725>

Renato Bernardi

Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP; Mestre em Direito Constitucional - ITE-Bauru; docente dos cursos de Direito e do PPGD do CCSA (Mestrado e Doutorado), Campus de Jacarezinho UENP-PR. Procurador do Estado de São Paulo
E-mail: bernardi@unimar.br
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1770829313370872>

RESUMO

A resiliência e o empoderamento são dois construtos muito significativos que podem ajudar a entender a situação econômica em que as famílias brasileiras operam, especialmente na situação de crise e disparidades sistêmicas. O objetivo deste trabalho é, portanto, entender como esses construtos surgem na economia doméstica brasileira, tomando como caso o documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar*. Usando uma abordagem qualitativa e dedutiva, tentamos desvendar as estratégias de resiliência e os mecanismos de empoderamento que surgem ao longo do cotidiano das famílias. De fato, os resultados indicam que as famílias estão se envolvendo em práticas inovadoras e colaborativas como uma estratégia para superar adversidades e, conseqüentemente, aumentar seu próprio empoderamento. A ênfase final é o destaque à necessidade políticas públicas que incentivam o desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico. Economia familiar. Empoderamento. Resiliência.

1 INTRODUÇÃO

A resiliência e o empoderamento são conceitos fundamentais para compreender a situação econômica das famílias brasileiras, especialmente em contextos de crise e disparidades sistêmicas. Para entender plenamente essa questão, é necessário considerar a desigualdade econômica, mensurada pelo Coeficiente de Gini, uma medida desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. Em 2019, o Coeficiente de Gini no Brasil foi de 0,542, um dos mais elevados do mundo (IBGE, 2018). Este índice reflete a profunda desigualdade na distribuição de renda no país, onde uma pequena parcela da população detém a maior parte da riqueza.

O Brasil tem enfrentado múltiplas crises financeiras nas últimas décadas, cujos impactos têm sido sentidos de forma acentuada pelas famílias. Durante a crise de 2014-2016, o produto interno bruto sofreu uma queda significativa, e o desemprego atingiu 13,7% em 2017, afetando mais de 14 milhões de brasileiros (IBGE, 2018). A crise provocada pela pandemia de COVID-19 agravou ainda mais as desigualdades, prejudicando as condições econômicas das famílias e aprofundando as dificuldades enfrentadas pela população.

Nesse contexto, resiliência é a capacidade de enfrentar, superar e crescer através da adversidade, enquanto se ajusta bem a mudanças e crises. É uma capacidade dinâmica multifacetada que tem recebido muita discussão na literatura em relação à sobrevivência e ao bem-estar das famílias. Por sua vez, o empoderamento é um processo pelo qual pessoas e comunidades são capacitadas a exercer maior controle sobre suas vidas, aumentando sua capacidade de criar escolhas e mudanças substanciais de maneira informada. Esses dois conceitos estão intimamente relacionados, e a prática da família brasileira, em geral, é recorrer a mecanismos de resiliência e empoderamento para lidar com as dificuldades da desigualdade e o cenário de crise crônica.

O documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* é um olhar íntimo para a vida comunitária através da ótica da indústria de fábricas de jeans, considerando a luta diária dos trabalhadores por sobrevivência e dignidade. É igualmente um testemunho do poderoso poder de resiliência e fortalecimento das famílias no ambiente de fragilidade econômica, no qual empregam vias criativas para manter suas economias e o tecido social coesos. Dessa forma, este estudo procura se aproximar dessas dinâmicas ao tomar o documentário como um catalisador para uma discussão mais ampla sobre a economia doméstica no Brasil.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é entender em que medida a resiliência e o empoderamento estão inscritos na economia doméstica do Brasil, abordando, para esse fim, o documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar*.

Esse documentário é particularmente empregado como fonte pelo tipo de detalhes factuais e imagéticos revelados, que comunicam bem o tipo de adversidade e de estratégias empregadas pelas famílias. É por meio do entendimento das estratégias de sobrevivência diária que se pode desvendar o tipo de organização comunitária envolvida, onde ela obtém sua resiliência e como os dois aspectos se relacionam com saber superar adversidades.

Os objetivos específicos do projeto são: compreender as estratégias de resiliência adotadas pelas famílias brasileiras; entender os mecanismos de empoderamento que emergem no cotidiano familiar; e compreender as dinâmicas econômicas locais que impactam a vida das famílias.

A questão norteadora desta pesquisa é: Como o documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* representa estratégias de resiliência e empoderamento no contexto da economia doméstica brasileira? Tal pergunta permite uma investigação direcionada e profunda a partir do enfoque específico em como as narrativas e as imagens do documentário revelam essas estratégias.

Dessa forma, este estudo visa trazer à tona a compreensão e a experiência dessas práticas pelas famílias em discussão, fazendo esta pesquisa se concretar na vivência direta das pessoas mais do que em teorias e números – ainda que estes sejam muito importantes. A metodologia utilizada foi a dedutiva, com uma abordagem qualitativa, que proporciona a base para analisar e interpretar os dados, bem como permite a revisão crítica da literatura pertinente em relação à resiliência. A análise bibliográfica foi ideal para este tipo de pesquisa, já que ela irá incorporar muitas fontes de dados e desenvolver um forte arcabouço teórico. O método adotado também permite que as áreas onde ocorram falhas de conhecimento sejam delineadas, mostrando claramente a direção a ser tomada em pesquisas futuras.

2 CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 RESILIÊNCIA: DEFINIÇÃO E APLICAÇÕES NA ECONOMIA FAMILIAR

A resiliência, no contexto da economia familiar, está ligada à capacidade das famílias de enfrentar e superar adversidades econômicas. Esse fenômeno envolve não apenas a habilidade de resistir a choques, mas também de se adaptar e se transformar diante de desafios, garantindo a sustentabilidade e o bem-estar das unidades familiares. A literatura sobre resiliência na economia familiar é vasta e diversa, abrangendo desde análises de práticas agrícolas até investigações de estratégias de sobrevivência em contextos urbanos.

Segundo Baiardi e Alencar (2014), a agricultura familiar no Brasil apresenta uma lógica constitutiva que se baseia em princípios de resiliência. Os autores destacam que, apesar das dificuldades enfrentadas — como a falta de acesso a crédito e a vulnerabilidade a mudanças climáticas

—, as famílias agricultoras demonstram uma capacidade notável de adaptação. Tamaña resiliência é manifestada através de práticas como a diversificação de culturas, a utilização de conhecimentos tradicionais e a cooperação entre famílias e comunidades. Essas estratégias permitem que os agricultores familiares mantenham a produção e a renda, mesmo em situações adversas.

A resiliência na economia familiar também se evidencia na capacidade das famílias de se adaptar a novas realidades econômicas. Em muitos casos, essa adaptação envolve a diversificação das fontes de renda, a inovação nos métodos de produção e a busca por novas oportunidades de mercado. Tais adaptações são essenciais para a sobrevivência das famílias em um ambiente socioeconômico em constante mudança. A flexibilidade e a capacidade de aprendizagem contínua são, portanto, aspectos fundamentais da resiliência econômica (Davies et al., 2013).

Outro aspecto importante da resiliência é a capacidade das famílias de mobilizar recursos e redes de apoio. Esse processo inclui a ajuda mútua entre membros da família, a cooperação com vizinhos e a participação em organizações comunitárias. Essas redes de apoio são essenciais para a partilha de conhecimentos, a troca de recursos e a construção de uma base de solidariedade que fortalece a resiliência coletiva. Nesse sentido, Baiardi e Alencar (2014) argumentam que essa cooperação é particularmente evidente nas comunidades rurais, onde os laços sociais são fortes e a interdependência é uma característica marcante.

A capacidade de planejamento e gestão eficiente dos recursos é mais um elemento que compõe a resiliência. Em contextos de escassez, as famílias devem ser capazes de fazer uso estratégico dos recursos disponíveis, de modo a garantir que suas necessidades básicas sejam atendidas enquanto buscam oportunidades de melhoria. Por planejamento, entende-se tudo aquilo que envolve a gestão financeira, a alocação de tempo e a priorização das atividades econômicas mais rentáveis. A habilidade de fazer escolhas informadas e estratégicas é, portanto, uma componente crítica da resiliência.

Por fim, a resiliência na economia familiar é um processo dinâmico e multifacetado que requer uma combinação de capacidades individuais e coletivas. Envolve a adaptação contínua diante de mudanças, a inovação nas práticas econômicas e a mobilização de redes de apoio. Estudos como os de Baiardi e Alencar (2014) oferecem uma compreensão profunda das diversas formas como as famílias brasileiras demonstram resiliência. Nessas análises, sublinha-se a relevância de políticas públicas que reconheçam e apoiem essas capacidades, promovendo um ambiente socioeconômico mais justo e sustentável para todas as famílias.

2.2 A ECONOMIA FAMILIAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

A economia familiar no Brasil desempenha um papel crucial na estrutura econômica e social do país, sendo composta predominantemente por pequenos produtores e trabalhadores autônomos. Ela abrange atividades agrícolas, pecuárias e não agrícolas, que são fundamentais para o sustento e o desenvolvimento de comunidades rurais e urbanas. Essa economia se destaca por sua diversidade e pela importância das práticas de subsistência, essenciais para garantir a segurança alimentar e a estabilidade econômica de muitas famílias brasileiras (Guilhoto et al., 2006).

A agricultura familiar, um dos pilares dessa economia, é essencial na produção de alimentos e na manutenção da segurança alimentar no Brasil. Conforme apontam Guilhoto et al. (2007), ela representa uma parcela significativa do produto interno bruto agrícola e desempenha um papel essencial na produção de alimentos básicos. Embora as propriedades familiares sejam geralmente menores em comparação às grandes propriedades comerciais, elas se destacam pela alta produtividade, pela diversidade de culturas e pelas práticas sustentáveis. A relevância da agricultura familiar vai além da produção alimentar, pois também está ligada à preservação ambiental e à continuidade de práticas culturais e sociais.

O dualismo observado no campo brasileiro reflete a coexistência de diferentes formas de produção agrícola e suas respectivas disparidades. Para Aquino et al. (2018), enquanto grandes propriedades e empresas agroindustriais se beneficiam de economias de escala e acesso a tecnologias avançadas, a agricultura familiar enfrenta desafios significativos, como a dificuldade de acesso a crédito e tecnologias. Esse dualismo alimenta desigualdades internas, evidenciando uma clara distinção entre grandes produtores e pequenos agricultores, que operam em condições bastante diferentes. Por isso, as políticas públicas devem buscar reduzir essas desigualdades, promovendo um desenvolvimento mais equitativo.

Segundo Guilhoto et al. (2005), a agricultura familiar é não apenas uma atividade econômica, mas também um componente vital da estrutura social e cultural das comunidades rurais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a agricultura familiar é responsável por uma parte substancial da produção agrícola e desempenha um papel significativo na organização social local. As famílias envolvidas na agricultura familiar frequentemente mantêm tradições culturais e sociais que são passadas de geração em geração, o que contribui para a preservação da identidade local e regional.

Conforme Guilhoto et al. (2007), é vital que as políticas de apoio à agricultura familiar sejam elaboradas e implementadas com uma compreensão profunda das necessidades e dos desafios enfrentados por esses produtores. A criação de programas que facilitem o acesso ao crédito, a assistência técnica e a capacitação é essencial para ajudar os pequenos agricultores a aumentarem sua

produtividade e sua sustentabilidade. Essas políticas precisam ser personalizadas de acordo com as realidades locais para serem efetivas e fomentarem o desenvolvimento inclusivo.

Ainda, integrar a economia familiar nas cadeias de valor locais e regionais é outra estratégia para estimular o desenvolvimento socioeconômico. Segundo Guilhoto et al. (2005), fortalecer as ligações entre os produtores familiares e os mercados locais pode melhorar o acesso aos mercados e aumentar as oportunidades de geração de receita. Assim, incentivar a participação de pequenos produtores em cadeias produtivas e redes de comercialização local é uma maneira eficaz de aumentar a competitividade e a viabilidade econômica da agricultura familiar.

A economia familiar no Brasil enfrenta desafios contínuos relacionados a mudanças climáticas, políticas econômicas e flutuações de mercado. Nesse contexto, as famílias agrícolas precisam se adaptar a essas mudanças para manter a sustentabilidade e a prosperidade. Investir em tecnologias de adaptação, diversificar atividades e fortalecer as redes de apoio são estratégias que podem ajudar a enfrentar esses desafios, pois a resiliência da economia familiar depende, em grande parte, da capacidade das famílias de se adaptarem às mudanças e inovarem para garantir sua sobrevivência e seu sucesso a longo prazo.

A importância da economia familiar para o Brasil vai além do aspecto econômico, abrangendo dimensões sociais, culturais e ambientais. Valorizar essas atividades e oferecer apoio à realização delas é essencial para garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Ademais, integrar políticas públicas eficazes, promover práticas agrícolas sustentáveis e fortalecer as redes de comercialização são passos cruciais para apoiar e fortalecer a economia familiar no país.

3 ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO *ESTOU ME GUARDANDO PARA QUANDO O CARNAVAL CHEGAR*

O documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* oferece uma perspectiva profunda sobre a vida em meio a uma comunidade carente na cidade de Toritama, no estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro. Por meio de uma narrativa íntima e envolvente, o documentário mostra como os habitantes dessa cidade interiorana enfrentam desafios econômicos e sociais utilizando a economia familiar como uma estratégia significativa para garantir sua sobrevivência e seu bem-estar.

As fábricas caseiras de Toritama, consideradas um centro ativo do capitalismo local, produzem mais de 20 milhões de jeans por ano. Os proprietários dessas fábricas são orgulhosos de serem seus próprios chefes e trabalham arduamente ao longo de todo o ano, exceto no Carnaval. Eles vendem tudo o que acumularam e descansam em belas praias durante essa semana de descanso.

A resiliência é um tema central no documentário, demonstrando como as comunidades se moldam e desenvolvem estratégias diante das adversidades. Os moradores enfrentam desafios econômicos e sociais, mas encontram maneiras de se adaptar e prosperar. Segundo Baiardi e Alencar (2014), a resiliência em contextos carentes está ligada à capacidade de adaptação e inovação, permitindo que as comunidades mantenham sua estabilidade econômica e social mesmo diante de desafios significativos.

A economia familiar, como retratada no documentário, é fundamental para a sustentabilidade das comunidades, já que não apenas garante a subsistência das famílias, mas também serve como um pilar socioeconômico essencial. Ela é vital para a reprodução social e econômica, contribuindo para a coesão social e o desenvolvimento local. No documentário, essa prática é apresentada como um meio de resistência e adaptação às mudanças externas e internas.

No documentário, a relação entre resiliência e economia familiar é evidenciada pelas estratégias de gestão utilizadas pelos moradores. A diversificação das fontes de renda e o uso de técnicas tradicionais são exemplos de como a economia familiar pode responder às mudanças e aos desafios. Essas práticas melhoram a segurança econômica, bem como promovem a autonomia e a resiliência econômica das famílias. O documentário ilustra essas estratégias de forma vívida, mostrando como elas sustentam a vida na comunidade.

Outro aspecto importante abordado pelo documentário é a forma como a economia familiar contribui para a preservação cultural e social das comunidades. A gestão dos recursos e a organização familiar são não apenas atividades econômicas, mas também formas de manter tradições e vínculos comunitários. Além disso, o empoderamento das mulheres e a preservação de práticas culturais estão interligados à economia familiar. O documentário reforça essa conexão ao mostrar como essas práticas são passadas de geração em geração.

Estou me guardando para quando o Carnaval chegar também aponta para a necessidade do respeito ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. As práticas econômicas retratadas são fundamentais para a sustentabilidade a longo prazo das famílias e comunidades. Baiardi e Alencar (2014) observam que a resiliência das comunidades está profundamente ligada à gestão eficaz dos recursos disponíveis, o que é ilustrado no documentário com clareza. O uso de práticas sustentáveis é uma forma de garantir a durabilidade e a produtividade a longo prazo.

Ainda, há o destaque aos desafios enfrentados pelas famílias, incluindo a falta de acesso a recursos e apoio institucional. A dificuldade de acesso a crédito, treinamento e mercados é uma barreira significativa para a resiliência e o sucesso das economias familiares. A superação dessas barreiras requer políticas públicas e programas de apoio que promovam a inclusão e o

desenvolvimento sustentável das comunidades. O documentário ilustra esses desafios e a necessidade de soluções eficazes.

Por fim, *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* oferece uma visão ampla da resiliência e da importância da economia familiar, destacando como essas práticas são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar das comunidades em Toritama. Consoante a narrativa e as imagens, o documentário evidencia como a adaptação, a inovação e a preservação cultural são componentes fundamentais para a resiliência e o desenvolvimento das famílias e comunidades retratadas. A história apresentada é um testemunho da força e da capacidade de adaptação das comunidades de Toritama.

4 DISCUSSÃO E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

As estratégias de resiliência e adaptação na economia familiar são fundamentais para entender como as famílias agricultoras enfrentam e superam os desafios contemporâneos. O conceito de resiliência, neste contexto, refere-se à capacidade das comunidades rurais e das unidades produtivas de se adaptarem e prosperarem diante das adversidades econômicas, climáticas e sociais (Baiardi; Alencar, 2014). A focagem na agricultura familiar revela a importância dessas práticas para a manutenção da estabilidade e a promoção da segurança alimentar.

Neste momento, a fim de traçar um panorama do mercado de trabalho e das perspectivas futuras, serão analisados os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), explorando as nuances da informalidade, da formalização, do empreendedorismo e da adaptabilidade no laboral. Também serão discutidos os desafios enfrentados pelas famílias, as oportunidades de fortalecimento da resiliência e a importância da participação comunitária e do empoderamento feminino na construção de um futuro mais justo e sustentável para o campo brasileiro.

A PNAD Contínua referente ao primeiro trimestre de 2023 revela uma taxa de informalidade de 39,8% (IBGE, 2023), indicando a flexibilidade dos trabalhadores em encontrar meios de subsistência, mesmo que precários. A RAIS 2022 complementa essa análise, mostrando que a maioria dos vínculos de trabalho ativos (44.167.201) é celetista (MPT, 2022), o que garante acesso a direitos e benefícios trabalhistas, contribuindo para a resiliência econômica das famílias. Ainda, a remuneração média real de R\$ 3.754,80 em 2022 também é um fator relevante, embora sua evolução precise ser analisada para avaliar o impacto da inflação no poder de compra (MPT, 2022).

No contexto atual, o empreendedorismo surgiu como uma estratégia crucial para muitos brasileiros. De acordo com o IBGE (2023), 29,9 milhões de pessoas estão atuando como empregadores ou trabalhadores por conta própria em 2023. Esses números não refletem apenas a busca por

autonomia econômica, mas também demonstram a necessidade de adaptação a um mercado em constante evolução. Contudo, a inflação representa um desafio significativo para esses empreendedores, impactando o poder de compra, os custos operacionais e a rentabilidade dos negócios. Estudos do Banco Central do Brasil evidenciam que a inflação elevada pode diminuir o consumo e elevar os custos de produção, desafiando o crescimento sustentável dessas iniciativas.

Outro artifício para fortalecer a resiliência e o empoderamento das famílias são as necessárias políticas públicas e intervenções sociais que promovam a inclusão, a igualdade de oportunidades e a participação ativa das comunidades. Programas de microcrédito, como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, são um exemplo de política pública.

O microcrédito é uma modalidade de financiamento destinada a microempreendedores formais e informais que, geralmente, não têm acesso ao sistema financeiro tradicional. Voltado ao financiamento de atividades produtivas, os valores dos empréstimos variam conforme a instituição financeira, podendo ir de R\$ 300 até R\$ 20 mil (Sebrae, 2022). Essa forma de crédito visa atender às necessidades dos pequenos negócios, proporcionando capital de giro e recursos para investimentos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade desses empreendimentos.

Possui metodologia própria, que visa ao perfil e às necessidades dos empreendedores, promovendo, assim, as atividades produtivas e as relações sociais das pessoas mais necessitadas e estimulando a ocupação, o emprego e a geração de renda. Uma das características mais marcantes do microcrédito é a sua natureza solidária de financiamento, isto é, grupos de interesses são organizados para garantir que o usuário retorne o dinheiro. É a associação de pequenos proprietários que, de maneira solidária, aceita a responsabilidade pelo empréstimo, significando que todos os membros devem liquidar a parcela do participante que falhar em liquidar a dívida.

Facilita-se, assim, o fomento à agricultura familiar, por meio de assistência técnica, acesso a mercados e incentivo à produção agroecológica, o que é importante para garantir a segurança alimentar e a geração de renda no campo. A criação de espaços de cuidado para crianças e idosos, como creches e centros de convivência, pode liberar as mulheres para o trabalho e outras atividades, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

Contudo, avaliações mais precisas sobre a efetividade do programa requerem a análise de estudos externos que mensurem seu impacto na empregabilidade e qualidade de vida dos participantes. Uma pesquisa realizada por Silva et al. (2019) mostrou que os cursos do Pronatec oferecidos no campus Rio Grande do Instituto Federal do Rio Grande do Sul não geraram efeitos significativos sobre salário de reinserção, tempo de emprego e empregabilidade dos participantes, indicando a necessidade de avaliações externas para mensurar o impacto do programa em diferentes contextos regionais.

. Por outro lado, Relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apontam para a discrepância entre a oferta dos cursos do Pronatec e as demandas do mercado de trabalho, o que tem dificultado a inserção de muitos egressos em empregos formais (Ikuta; Monteiro, 2022).

A participação ativa das comunidades na formulação e na implementação de políticas públicas é essencial para garantir que estas atendam às necessidades reais da população. Métodos como entrevistas, grupos focais e pesquisas participativas são eficazes para ouvir as vozes dos trabalhadores e trabalhadoras, permitindo que suas experiências e perspectivas sejam incorporadas no processo decisório. De acordo com Cohen e Uphoff (1980), a participação comunitária não só melhora a adequação das políticas, mas também aumenta a coesão social e a capacidade das comunidades de se autogerirem (Cohen; Uphoff, 1980).

O empoderamento feminino desempenha um papel fundamental no fortalecimento da resiliência familiar e comunitária. Iniciativas como o Programa Mulheres Mil e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) têm demonstrado impacto positivo ao promover capacitação e autonomia econômica para mulheres em situação de vulnerabilidade social. O Programa Mulheres Mil, em particular, destaca-se por elevar a qualidade de vida e a escolaridade das participantes, ampliando sua inserção no mercado de trabalho e promovendo sua condição de agentes de transformação social. Contudo, desafios como a ausência de um plano de continuidade após a conclusão dos cursos podem comprometer a efetividade dessa política pública a longo prazo. Dessa forma, faz-se necessário um aprimoramento estrutural para garantir a permanência das mulheres no mercado de trabalho e sua emancipação econômica (Hübner et al., 2017).

Nesse sentido, o Pronater tem se destacado ao fornecer suporte técnico especializado para mulheres agricultoras, incentivando práticas agrícolas sustentáveis e a gestão eficiente de recursos. Conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2018), essas iniciativas têm contribuído para a valorização do papel das mulheres no campo e para a promoção da igualdade de gênero no ambiente rural (EMBRAPA, 2018).

Para que as políticas públicas alcancem resultados concretos, é imprescindível implementar ações que considerem as necessidades e especificidades das comunidades atendidas. Uma proposta concreta para ampliar o impacto dos programas de microcrédito seria garantir a presença de agentes de apoio comunitário capacitados para orientar e acompanhar os beneficiários ao longo de todo o processo, desde a solicitação do empréstimo até a aplicação dos recursos e a quitação do crédito. Esses agentes funcionariam como intermediários entre os pequenos empreendedores e as instituições financeiras, facilitando o acesso e reduzindo o risco de inadimplência. É importante que esses

programas sejam acompanhados por iniciativas de educação financeira, ajudando os participantes a administrar melhor seus recursos e garantir a sustentabilidade de seus negócios.

Com base nos dados atualizados, o impacto da educação financeira no microcrédito tem se mostrado essencial para a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios. Estudos apontam que programas que combinam concessão de crédito com capacitação financeira reduzem significativamente os índices de inadimplência, favorecendo a longevidade dos empreendimentos. Segundo Navarro Ribeiro (2022), a implementação de estratégias educativas no acesso ao microcrédito melhora a gestão financeira dos beneficiários e minimiza riscos de endividamento excessivo, tornando o modelo mais eficiente e sustentável. Dessa forma, a integração entre crédito e educação financeira não apenas fortalece a inclusão produtiva, mas também contribui para a estabilidade financeira dos pequenos empreendedores.

A estrutura de aval solidário é um dos mecanismos que tornam o microcrédito mais acessível para pequenos empreendedores, ao mesmo tempo em que reduz o risco moral. Essa abordagem tem se mostrado eficiente na promoção do desenvolvimento local, pois cada integrante do grupo monitora as atividades dos demais, garantindo maior comprometimento com o pagamento das parcelas.

Ademais, uma medida pertinente seria a criação de incentivos fiscais para empreendimentos de agricultura familiar que adotem práticas sustentáveis, estimulando a produção agroecológica e a proteção ambiental. Tais incentivos poderiam incluir isenção de impostos sobre equipamentos e insumos ecológicos, além de acesso facilitado a mercados por meio de parcerias com cooperativas e feiras locais. A assistência técnica também deve ser fortalecida, de forma a garantir que as famílias produtoras tenham suporte constante para aprimorar suas técnicas e aumentar a eficiência de sua produção. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2020), esses incentivos podem aumentar a produtividade em até 25%, promovendo a sustentabilidade e garantindo a segurança alimentar. Baiardi e Alencar (2014) destacam que a resiliência da agricultura familiar é essencial para a preservação da segurança alimentar e do meio ambiente, reforçando a necessidade de apoio institucional.

A implementação de creches comunitárias e centros de convivência para idosos requer uma articulação entre os poderes públicos locais e organizações da sociedade civil, promovendo o uso compartilhado de espaços públicos, como escolas e centros comunitários. Para viabilizar essas estruturas, é necessário capacitar profissionais da própria comunidade, promovendo cursos técnicos em educação infantil e cuidado com idosos, o que também pode gerar novas oportunidades de emprego localmente. A disponibilização desses serviços é fundamental para liberar mão de obra feminina,

permitindo que mais mulheres ingressem no mercado de trabalho e se dediquem a atividades produtivas e de formação profissional.

Outro aspecto relevante é a adequação dos programas de capacitação profissional às demandas locais. É necessário realizar um levantamento das necessidades específicas de cada região, para que os cursos oferecidos sejam realmente eficazes em promover a inserção no mercado de trabalho. Isso poderia ser feito por meio de parcerias com empresários locais, que poderiam indicar quais são as áreas de maior demanda e, assim, contribuir para a criação de programas de formação que atendam às expectativas do mercado. Pesquisas realizadas por Oliveira et al. (2017) mostram que programas de qualificação profissional, como o Bolsa Futuro, aumentam a empregabilidade formal dos participantes entre 3,4 e 4,4 pontos percentuais, destacando a importância de uma abordagem alinhada às demandas do mercado de trabalho.

As limitações das propostas também precisam ser abordadas de forma realista. A burocracia excessiva ainda é um entrave para o acesso ao microcrédito e a outros benefícios públicos, e muitas vezes os potenciais beneficiários desistem diante da dificuldade em reunir documentação ou comprovação de renda. Nesse sentido, seria interessante simplificar os processos e desenvolver plataformas digitais acessíveis, que permitam aos cidadãos acompanhar o andamento de suas solicitações e receber orientações de forma clara e objetiva.

Considerando as diferenças regionais no Brasil, é fundamental planejar e implementar políticas públicas adaptadas às particularidades econômicas e culturais de cada região. Programas como o Pronatec devem ser ajustados às realidades locais, garantindo que os cursos oferecidos promovam oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal. A colaboração entre governos estaduais e municipais, junto à sociedade civil e ao setor privado, é essencial para que as soluções sejam efetivas e alcancem aqueles que mais precisam.

Dessa forma, a articulação entre diferentes políticas públicas, como microcrédito, capacitação profissional e serviços de cuidado, pode criar um ciclo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico. Para isso, é necessário que as iniciativas sejam planejadas e executadas de forma integrada, considerando as demandas específicas das comunidades e fortalecendo as redes de apoio locais. Além disso, tais iniciativas precisam ser embasadas em estudos bibliográficos e dados quantitativos que comprovem sua eficácia, garantindo assim que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e que os resultados sejam mensuráveis e sustentáveis a longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos mecanismos de empoderamento e resiliência na economia familiar, especialmente no contexto da agricultura, revela a necessidade de uma abordagem integrada para promover a sustentabilidade e o desenvolvimento das famílias agrícolas. A resiliência é um fator essencial para a continuidade das atividades na agricultura familiar, e há evidências de que a adoção de práticas sustentáveis e a diversificação das atividades são fundamentais para enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais.

A autonomia e o empoderamento das famílias são aspectos importantes que contribuem significativamente para a resiliência na economia familiar. A autonomia permite a adaptação das práticas e estratégias de acordo com as necessidades e desafios específicos enfrentados pelas famílias, proporcionando uma gestão mais flexível e eficaz. O empoderamento, por sua vez, possibilita às famílias assumirem o controle sobre seus próprios recursos e decisões, promovendo maior autossuficiência e capacidade de inovação.

As políticas públicas e intervenções sociais desempenham um papel crítico no apoio à resiliência e ao empoderamento das economias familiares, fornecendo acesso a crédito e subsídios, juntamente com suporte técnico e educacional. Esses elementos são fundamentais para melhorar a produtividade e a sustentabilidade das atividades agrícolas e fornecer capacitação contínua em gestão financeira. As práticas sustentáveis são igualmente necessárias para que as famílias possam enfrentar e superar desafios de forma eficaz.

O acesso a mercados e canais de comercialização representa uma oportunidade única para diversificar as fontes de renda e reduzir a dependência dos intermediários. Além de facilitar o envolvimento das famílias em feiras agroecológicas, cooperativas e plataformas digitais, esse acesso pode ampliar as oportunidades de mercado e aumentar a renda dos agricultores familiares. A adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como a rotação de culturas e o manejo integrado de pragas (MIP), também contribui para a estabilidade econômica e para a preservação dos recursos naturais.

Conclui-se que a participação ativa das comunidades locais na formulação e na implementação de políticas públicas é indispensável para garantir que as intervenções correspondam às reais necessidades e sejam efetivas. Incluir as vozes dos agricultores e das comunidades no processo decisório melhora a adequação das políticas e intensifica o impacto positivo das intervenções. O engajamento das famílias agrícolas nas discussões e no desenvolvimento de políticas fomenta um ambiente mais inclusivo e colaborativo.

Futuras pesquisas poderiam se concentrar na análise comparativa de diferentes modelos de políticas públicas aplicadas à agricultura familiar em contextos regionais específicos, para identificar

quais estratégias apresentam melhores resultados em termos de resiliência e empoderamento. Também é importante aprofundar o estudo sobre o impacto de novas tecnologias e práticas sustentáveis na agricultura familiar, de modo a contribuir para um desenvolvimento socioeconômico mais justo e sustentável no Brasil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. D. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, p. 45-62, 2014.

COHEN, J. M.; UPHOFF, N. T. Participation's Place in Rural Development: Seeking Clarity through Specificity. *World Development*, v. 8, n. 3, p. 213-235, 1980.

DAVIES, S.; NEWTON, L.; COPELAND, S. Adapting to climate change through building adaptive capacity: Evidence from three rural village communities in Zimbabwe. *World Development*, v. 40, n. 9, p. 1946-1956, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Igualdade de gênero: contribuições da Embrapa. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1090711/igualdade-de-genero-contribuicoes-da-embrapa>. Acesso em: 07 set. 2024.

GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 44, p. 355-382, set. 2006.

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 5, 2007, São Paulo. Anais. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007, p. 1-17.

GUILHOTO, Joaquim. J. M. et al. Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul. Acervo de Publicações do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília, setembro, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos-1/6-agricultura-familiar-na-economia-brasil-e-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2024.

HÜBNER, Dedilhana Lamare Manjabosco; LOPES, Indaia Dias; MUELLER, Airton Adelar; GRZYBOVSKI, Denize. Programa Mulheres Mil: uma reflexão com vistas ao empoderamento da mulher. In: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

IKUTA, Camila Yuri; MONTEIRO, Gustavo Plínio Paranhos. Educação profissional e mercado de trabalho: um debate sobre a relação entre formação e ocupação no Brasil em 2022. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 78, p. 39-46, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16088/1/BMT_78_PF_A3.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 de ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Mercado de trabalho: Conjuntura e Análise. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 07 ago. 2024.

NAVARRO RIBEIRO, Carlos Eduardo. Microcrédito é essencial para reduzir inadimplência e garantir o futuro das MPes. 2022. Disponível em: <https://empreendedor.com.br/empreendedorismo/microcredito-e-essencial-para-reduzir-inadimplencia-e-garantir-o-futuro-das-mpes/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

OLIVEIRA, Guilherme Resende; OLIVEIRA, Felipe Resende; TERRA, Rafael; ZOGHBI, Ana Carolina. Efeitos do programa de qualificação profissional Bolsa Futuro na empregabilidade e salário dos trabalhadores. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 47, n. 1, p. 1-34, 2017. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1858/1281>. Acesso em: 07 set. 2024.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Microcrédito para pequenos negócios: tire as suas dúvidas. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/microcredito-para-pequenos-negocios-tire-as-suas-duvidas,f6bace4ac7e6d610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, José Felipe Duarte da; TEIXEIRA, Gibran da Silva; HALMENSCHLAGER, Vinícius; PEREIRA, Rafael Mesquita; ELY, Régis Augusto. Pronatec e o mercado de trabalho: uma análise para os cursos oferecidos no IFRS campus Rio Grande. Economia Aplicada, v. 23, n. 2, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eoa/article/view/149391>. Acesso em: 08 set. 2024.